



## OCUPAÇÃO TERRITORIAL NEGADA: A SENSAÇÃO DE NÃO PERTENCIMENTO DA MULHER NA UNIVERSIDADE

Camila Rodrigues de Lima <sup>1</sup>  
Caroline Delpupo Souza <sup>2</sup>

### RESUMO

O assédio sexual, em grande maioria vitimado por mulheres, é um problema social e estrutural antigo no Brasil e no mundo, e segue se perpetuando até os tempos atuais. Por ter se enraizado historicamente em nossa sociedade e pelo fato da mulher não ter tido voz nem prestígio social durante séculos, pouco se discute sobre o assunto e quase não há punição para os agressores. Quando se trata de assédio sexual dentro das universidades, tendo esta como uma amostra da sociedade, podemos compreender o perfil das vítimas e as consequências que as mesmas apresentam após sofrerem tal agressão. Nesse sentido, o presente trabalho buscou compreender de que maneira a mulher começou a ser inferiorizada em relação ao homem e como ela passou a ser inserida e excluída da academia. Para investigar a problemática, recorreu-se a uma abordagem quali-quantitativa, que abarcou pesquisas documentais, questionários e entrevistas. Assim, constatou-se que a universidade ainda é um território masculino, opressor e portanto inseguro às mulheres; que a instituição se vale de elementos estruturais que as expulsam do espaço acadêmico; e que o surgimento de coletivos femininos organizados, dentro da universidade, se constituem como alternativa de assegurar a permanência dessas mulheres.

**Palavras-chave:** Geografia e gênero, Mulher e universidade, Território e corpo.

### RESUMEN

El acoso sexual, en su mayoría sufrido por mujeres, es un problema social y estructural antiguo en Brasil y en el mundo que persiste hasta el día de hoy. Por estar arraigado históricamente en nuestra sociedad y por el hecho de que las mujeres no hayan tenido voz ni prestigio social durante siglos, poco se discute sobre el tema y casi no hay castigo para los agresores. En lo que respecta al acoso sexual dentro de las universidades, tomando esta como una muestra de la sociedad, podemos comprender el perfil de las víctimas y las consecuencias que presentan tras sufrir tal agresión. En este sentido, el presente trabajo buscó comprender cómo las mujeres empezaron a ser inferiorizadas con relación a los hombres y cómo empezaron a ser insertadas y excluidas de la academia. Para investigar el problema, se utilizó un enfoque cuali-cuantitativo, que abarcó investigaciones documentales, cuestionarios y entrevistas. Así se constató que la universidad sigue siendo un territorio masculino, opresor y por tanto inseguro para las mujeres; que la institución hace uso de elementos estructurales que las expulsan del espacio académico; y que el

---

<sup>1</sup>Artigo resultado de projeto de pesquisa: Monografia de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia pela UFPE).

<sup>1</sup>Graduada pelo curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [camilarodgslima@gmail.com](mailto:camilarodgslima@gmail.com);

<sup>2</sup>Professora da Coordenadoria de Geografia, Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa - UFV, [caroline.delpupo@ifmg.edu.br](mailto:caroline.delpupo@ifmg.edu.br);



surgimento de coletivos organizados de mulheres, dentro de la universidad, constituyen una alternativa para asegurar la permanencia de estas mujeres.

**Palabras clave:** Geografía y género, Mujer y universidad, Territorio y cuerpo.

## INTRODUÇÃO

Os assédios sofridos pelas mulheres tornam a sua percepção e vivência espacial diferenciada em relação aos homens. A posição tradicionalmente superior masculina na hierarquia moral, expressa-se também na produção e vivência espacial, tornando o espaço mais restrito para as mulheres, seja em termos físicos (pela não presença), quanto ideológicos-sociais (pelos assédios morais e sexuais). Ele torna-se para elas socialmente mais perigoso, mais definido em suas fronteiras sociais e com mais perturbações morais do que para os homens. No caso dos assédios sexuais, a vivência espacial é deflagrada e generalizada, não havendo espaço destinado para isso, ocorrendo inclusive em locais que deveriam ser exclusivos apenas à educação, como é o caso das universidades.

Historicamente, a instituição foi destinada à educação de homens. Sem nenhum prestígio social, durante muitos séculos, as mulheres tiveram como único papel a maternidade e a criação dos filhos. Foi preciso muita luta dos movimentos feministas para que a sujeita conquistasse algum tipo de ascensão social. No caso da educação, se tratando de Brasil, a mulher só conseguiu participar, de fato, da comunidade acadêmica, na década de 1970, com a expansão das universidades brasileiras e o consequente aumento no número de vagas. Vale destacar que, nos tempos atuais, mulheres são maioria dentro da academia, como alunas. Guedes (2008) ressalta que, em pouco tempo, a mulher conseguiu reverter o quadro histórico de desigualdade, consolidando uma realidade nova, onde são mais escolarizadas que os homens. Porém, deve-se salientar que, apesar delas serem maioria dentro das universidades, ainda enfrentam grandes problemas que interferem em sua permanência, como por exemplo o assédio sexual, responsável por causar danos à saúde física e mental, dando-lhes a sensação de não pertencer àquele local majoritariamente territorializado por homens.

Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a construção da sensação de não pertencimento da mulher a partir do reconhecimento da universidade como um locus territorial hegemônico masculino. E justifica-se à medida em que, discutir os conflitos socioterritoriais que possibilitam a prática de assédio



dentro da universidade e culminam na não territorialização da mulher neste território, se faz de grande relevância para o entendimento das dinâmicas assimétricas vivenciadas pelos diferentes sexo no espaço acadêmico.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada na elaboração da pesquisa contou com o método quali-quantitativo, com pesquisas documentais e levantamento de dados através de questionários e entrevistas realizados com alunas(os), professoras(es) e funcionárias(os) de diversas universidades do Brasil.

O ponto de partida foi a realização de uma pesquisa documental e bibliográfica, para a compreensão cronológica histórica sobre quais fatores influenciaram a atual visão social da mulher. Em um segundo momento realizou-se um estudo sobre o processo de inserção da mulher na educação, em especial, na universidade, bem como utilizou-se referências bibliográficas acerca dos espaços de resistências femininas.

O desenvolvimento do estudo apresenta como fonte principal de dados uma pesquisa quantitativa realizada com 1.315 estudantes universitárias(os) de instituições públicas e privadas de todo país, de diversas idades, mas, predominantemente, jovens entre 18 e 25 anos.

Além disso, foram utilizados dados do instituto Avon, que embasam estatisticamente as discussões propostas; dados do Censo do Ensino Superior pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC), fundamentais para a verificação do número de docentes e as especificações das(os) mesmas(os) dentro das universidades.

Realizou-se ainda uma análise documental nos sites das 69 universidades federais do Brasil, com o objetivo de coletar dados sobre o perfil das equipes gestoras, a fim de compreender de que forma a mulher tem sido expulsa da universidade.

## **APORTE TEÓRICO**

### **A Construção Antropológica das Desigualdades de gênero** *Compreensão da desigualdade de gênero inerente às relações de poder*

Epistemologicamente falando, a palavra “gênero” originou-se do latim *genus*, que significa “nascimento”, “família”, “tipo”. Já em sua essência, o termo “gênero” passou a



carregar em si o *geno* e a *genã*, tornando o “gênero” subdividido em duas palavras, uma referindo-se ao masculino e a outra ao feminino. Apesar da origem grega, os gêneros só começaram a fazer alusão aos dois sexos biológicos no século XVIII, com o avanço da medicina e das pesquisas científicas acerca do corpo humano e das descobertas das “diferenças” dos órgãos e dos fluídos corporais dos homens e das mulheres. Foucault (1986) destaca que o termo “sexualidade” nasceu no século XIX; as sociedades que viveram anteriormente ao século XVIII, não entendiam o modelo de sexualidade e de gênero do mesmo modo que as sociedades modernas e pós-modernas.

Os médicos pesquisadores da época passaram a observar que havia diferenças anatômicas entre mulheres e homens, denotando diferenças que não faziam alusão a qualidade da espécie e sim ao grau de desenvolvimento dos indivíduos.

Antes disso, mulheres e homens pertenciam ao modelo de sexo único, porém, mesmo nesse modelo, a mulher já era inferiorizada por ser considerada imperfeita. Baseado na filosofia neoplatônica de Galenos, a mulher seria um homem invertido, pois não tinha dentro de si a intensidade do calor vital, que tinha o poder de evoluir o corpo humano até a considerada perfeição ontológica, que era o ser masculino.

No decorrer do tempo, outros estudos e pesquisas foram sendo desenvolvidos com o intuito de afirmar e até de ampliar as diferenças existentes entre mulheres e homens. Gould (2014), apresenta em sua obra “A falsa medida do homem” uma coletânea de estudos que foram aplicados em relação ao tamanho do crânio das pessoas com o objetivo de medir o tamanho da caixa óssea que protege o cérebro, a chamada “craniometria”; para reafirmar que, por ter o cérebro menor que o dos homens, a mulher tinha a capacidade intelectual reduzida. A partir do resultado de tais pesquisas, o homem branco passou a possuir um poder de superioridade intelectual em detrimento da mulher e do homem negro. “O cérebro do negro possui uma medula espinhal do tipo encontrado em crianças e em mulheres [...]” (MALL, 1902 *apud* GOULD, 2014, p. 98).

No final do século XVIII, movidos pelos ensinamentos de Darwin, a teoria do criacionismo foi perdendo força e o desenvolvimento de estudos referentes ao campo das ciências ganhou espaço pelo mundo. Os poderosos homens europeus que faziam parte da burguesia se privilegiaram dos resultados das pesquisas e dos estudos realizados para destrinchar a anatomia humana. Eles precisavam de embasamento teórico que pudesse mascarar e justificar as desigualdades sociais impostas entre mulheres e homens sem que os ideais de igualdade fossem abalados e para instituir uns sobre os outros uma relação



de poder. O dilema republicano era de que todos os homens eram iguais perante a lei, modelo constituinte vigente no mundo atual, contudo, as mulheres já haviam sido classificadas como frágeis, loucas, infantis, intelectualmente inferiores e incapazes de realizar serviços intelectuais.

O homem, que luta por dois ou mais [indivíduos] na batalha pela existência, que assume toda a responsabilidade e as preocupações pelo amanhã, que está em constante combate contra o meio ambiente e os rivais de sua própria espécie, precisa de mais cérebro que a mulher, que ele deve proteger e alimentar; a mulher é um ser sedentário e carente de vocação interior e cujo papel é criar os filhos, amar e manter-se passiva. (GOULD, 2014, p. 114)

A partir de então, o modelo de dois sexos se tornou supremo e cada vez mais estudos foram sendo realizados com o objetivo de ratificar a diferença entre os dois gêneros. No mundo oriental e ocidental contemporâneo, este modelo, no que diz respeito à ideologia de gênero, se baseia nos pilares da construção social do papel da mulher e do homem e da imposição da hegemonia do homem branco do século XVIII, intensificando as relações de poder do homem sobre a mulher.

Scott (1995) explica que o termo “gênero” pode ser utilizado para instituir as relações sociais entre os sexos, atenuando as formas de subordinação feminina. Assim, “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...] O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995).

Da mesma forma, Laqueur (2001) aponta que, com a definição dos gêneros, também foram divididos os papéis sociais e morais de mulheres e de homens, onde ambos deveriam ter um tipo de prazer sexual e vida social e emocional de acordo com a natureza biológica dos seus sexos, levando em consideração as exigências sociais obrigatórias por membros da burguesia capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista dos países europeus (COSTA, 2020). Aos homens de prestígio, que era de tudo permitido, não haviam muitas regras sociais a serem quebradas. Já os que não seguiam à risca os seus papéis sociais e morais, passaram a ser vistos como exemplares anormais da espécie, desviantes, doentios e degenerados. Nesse momento, a mulher deixa de ser vista como um homem invertido e vem a ser o inverso do homem, tornando-se sua forma complementar. Desta maneira, o sistema de dois sexos se fortalece intensificando as desigualdades políticas e sociais excludentes, atribuindo à mulher o serviço restrito de limitar-se a cuidar da casa, dos filhos e da família, enquanto ao homem foi designada a vida social, econômica e política (PARKER, 1991).



No século XIX, o culto à masculinidade influencia diretamente na distinção do gênero feminino e masculino, que deixa de ser vista como biológica e se concretiza completamente como política, econômica e social. Assim, a distinção dos sexos passou a fundamentar a desigualdade entre os gêneros .

É notória a importância da investigação relativa ao termo gênero e as suas classificações para que, no contexto atual, seja possível identificar as origens da construção histórica, social e, principalmente, cultural da definição dos gêneros feminino e masculino, bem como para o entendimento dos privilégios, de práticas de imposição, de relações de poder e de autonomia territorial que os indivíduos do sexo masculino desfrutam.

[...] gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

É imprescindível enfatizar, ainda, que, o termo “gênero”, que parou de ser utilizado como referência ao sexo biológico no século XIX, segue perpetuando o pensamento de alusão aos aspectos sociais atribuídos aos dois sexos culturalmente imposto por nossos antepassados. Isso quer dizer que, tanto a palavra, quanto o significado real destinado ao gênero foram sendo definidos com o passar dos séculos e com as transformações que ocorreram nas sociedades, sejam elas, políticas e/ou religiosas, que determinaram o esperado comportamento dos indivíduos dos sexos biológicos feminino e masculino diante da sociedade, e como consequência de seu caráter exclusivo, coloca a mulher em uma situação de inferioridade moral e intelectual em relação ao homem.

### *A antropologia da visão social da mulher*

Ao observar os registros históricos referentes a condição social da mulher, é possível compreender de que maneira ela passou a ser inferiorizada em relação ao homem e por quais motivos isso aconteceu.

A mitologia grega, datada do século VIII a.C., explica a criação da mulher através do mito da Caixa de Pandora. Zeus, o Deus de todos os deuses, visando vingar-se de Prometeu, que teria roubado o fogo (símbolo da inteligência) e dado aos humanos, teria pedido para que Hefestos moldasse com argila a figura de uma mulher, e que os quatro



ventos lhe soprassem a vida. Ao encaminhar Pandora à terra, Zeus mandou com ela uma caixa que teria como conteúdo todos os males que afligem os seres humanos, já sabendo que um dia, Pandora a abriria. Quando, de fato, Pandora o fez, a ela teria sido atribuída a culpa de ter libertado todos os males do mundo: a inveja, o egoísmo, a crueldade, o ciúme, a intriga, o ódio, a ambição, a tristeza o desespero, a violência e tudo que venha causar infelicidade e miséria.

Do mesmo modo, torna-se evidente a importância de realizar uma análise sobre os mitos da criação humana advindas das religiões Abraâmicas, pois a mesma é a principal base para as escrituras dos livros sagrados das religiões mais cultivadas no mundo em todas as eras, inclusive no mundo contemporâneo, como o Islamismo, Judaísmo e Cristianismo. Segundo a Bíblia sagrada, no livro Gênesis, Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, assim como na mitologia grega, o homem também foi moldado com o barro e Deus teria soprado em suas narinas o sopro da vida. Posteriormente, Deus o fez adormecer e lhe tirou uma costela, da qual teria feito Eva, a primeira mulher.

As semelhanças com a mitologia grega continuam quando à mulher é destinado o fardo de ter trazido aos seres humanos o pecado mortal. Eva teria sido a mentora do primeiro pecado ao desobedecer a Deus e ter comido do fruto que a eles foi proibido, bem como, teria influenciado Adão a fazer o mesmo e, por conta disso, fora amaldiçoada. Perceptível pela passagem: “mulher, tu és a porta do diabo. Foste tu que tocaste a árvore de satã e que, em primeiro lugar, violaste a lei divina” (DELUMEAU, 1989, p. 316).

Do mesmo modo que teria sido inferiorizada e acusada de pecadora primária pelas escrituras sagradas, os homens medievais, movidos por seus interesses, utilizaram a Bíblia como forma de continuar a dominação exacerbada sobre o sexo feminino, uma vez que, segundo eles, não poderiam violar as leis divinas que atribuíram à mulher o castigo de ser submissa ao homem. “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o teu domínio” (Bíblia Sagrada Ave Maria, Gênesis 2.3 p. 51).

O artigo publicado por Roque de Barros Laraia na revista de antropologia em 1993, cita um artigo chamado de “A legitimidade de Salomão” que foi escrito por Edmund Leach. No texto, Leach demonstra ter encontrado rastros nas escrituras sagradas que levam a entender que, antes de Eva houve a presença de uma outra mulher, que fora chamada de Lilith. Segundo ele, Lilith teria se recusado a ser dominada por Adão e, por



isso, ela é considerada como a primeira mulher a representar uma reação de repulsa ao domínio masculino (LARAIA, 1993 apud LEACH, 1982).

### *Luta por direitos*

A história de luta feminina é muito extensa, por se oporem aos regimes misóginos socialmente impostos, as mulheres conquistaram direitos sociais, políticos e trabalhistas ao longo dos séculos, reivindicando-os por meio de movimentos sociais, tanto no Brasil, quanto no mundo.

No século XVIII, inspiradas pelos ideais da revolução francesa, o Movimento de Mulheres reivindicou direitos iguais de cidadania e democracia. Tal fato, que ocorreu na Europa e na América do Norte, ficou conhecido como "A Primeira Onda do Feminismo". Na mesma época, Olympe de Gouges, ativista política, abolicionista e feminista francesa, redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Neste documento, Olympe alega que a igualdade pregada na revolução francesa é uma igualdade masculina, deixando as mulheres de fora dos direitos exigidos pelos revolucionários. O documento foi enviado à Assembleia Nacional da França, com o intuito de que obtivesse aprovação, assim como ocorreu com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, porém, além do documento não ter sido aprovado, Olympe foi condenada à guilhotina por conta de sua audácia.

A partir de então, influenciadas pelos pensamentos de Olympe de Gouges, a Organização de Mulheres iniciou a árdua luta por igualdade política e jurídica, dentre as pautas reivindicadas estavam o direito ao voto, à educação, ao divórcio e à posse de bens e propriedades. O movimento feminista sufragista foi o responsável por marcar este período da história, com atuações mais expressivas no contexto inglês e americano.

No cenário brasileiro, os movimentos impulsionados pelo direito ao voto se relacionam diretamente à proclamação da república, no ano de 1889. Inspirados pelas ideias de igualdade e abolicionistas, o pensamento republicano atraiu um grande número de mulheres apoiadoras, pois desejavam para elas mesmas o que era pregado pelo movimento. Entretanto, em 1891, a esperança de que os direitos políticos pudessem ser alcançados foi frustrada pela Assembleia Constituinte, que se absteve em relação ao sufrágio feminino. Somente no dia 24 de fevereiro do ano de 1932, o Código Eleitoral brasileiro assegurou o sufrágio feminino, todavia, tal direito era permitido apenas para



mulheres casadas e se houvesse a autorização do marido e para mulheres viúvas que tivessem renda própria. Apenas no ano de 1934 o voto feminino passou a ocorrer, de fato, quando foi previsto na Constituição Federal.

O movimento feminista de primeira onda em prol do direito ao sufrágio, ficou conhecido internacionalmente por ser um movimento de mulheres de elite, paralelo a isto, houve na mesma época o movimento feminista de mulheres de classe econômica menos privilegiada, as mulheres operárias. Costa e Sardenberg (1994) ressaltam que, com o processo de abertura de fábricas, e com a ideia de acúmulo de capital, os homens foram obrigados a vender a sua força de trabalho, e as mulheres não foram excluídas deste processo, pois, também foram requisitadas para o trabalho fabril. Seguindo a lógica da inferioridade feminina em que a mulher havia sido submetida durante séculos, neste momento a mulher passa a ser um objeto de interesse da burguesia, que tinha o objetivo de acumular riquezas. Foi atribuído às mulheres um salário inferior aos dos homens, jornadas de trabalho excessivas e insalubres, o que ocasionou o favorecimento de uma maior exploração e opressão (COSTA e SARDENBERG, 1994). Neste contexto, o movimento feminista, a partir de suas multiplicidades de relações, e com a consciência da posição de inferioridade feminina, se articula, se amplia e se corporifica dentro de um contexto mundial, dando origem ao movimento feminista que surge no final do século XVIII e toma forma no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, como afirma Costa e Sardenberg (1994).

Do movimento de operárias que exigiam melhores condições de trabalho nas fábricas durante a revolução industrial nos séculos XVIII e XIX, passando pela reivindicação ao direito de voto, controle de natalidade, direitos civis, contra a violência e tantos outros direitos conquistados, talvez, esbarremos no direito à educação, atribuindo-lhe ênfase devido a sua importância, pois, sem dúvidas, foi uma das maiores conquistas responsáveis pela emancipação da mulher e por sua liberdade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A sensação de não pertencimento**

Por sua finalidade de criacionismo histórico, a universidade, em seus primórdios, fora destinada a formação intelectual do público masculino. Ao adentrar neste ambiente territorializado por homens, as mulheres sofreram uma série de represálias que, em muitos



casos, causaram transtornos e sensações que as impediram de ocupar, de fato, o meio acadêmico como um todo, um exemplo disto e tendo como foco deste trabalho, é o assédio sexual sofrido, em maioria significativa, por pessoas do sexo feminino.

Em uma definição mais ampla, podemos entender por assédio sexual: investidas com conotação sexual que não foram solicitadas e não foram aceitas pela vítima, além de ofertas de favores sexuais, contatos físicos ou verbais que envolvem uma atmosfera ofensiva. É considerado uma forma de violência, tendo como única definição e palavra chave o termo de inaceitável. Segundo Hirigoyen (1998) o assédio é uma “conduta abusiva que se manifesta notadamente por comportamentos, palavras, atos, gestos, que podem causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa [...]” (Hirigoyen, 1998, p. 55).

Dentre os comportamentos que caracterizam o assédio sexual, devemos destacar a violência física e a mental, que se manifestam na forma de coerção, ou seja, quando a vítima é forçada a fazer algo que não deseja. A coerção pode ser acometida por variados períodos de tempo, podendo se propagar de forma prolongada, com repetições de piadas e/ou frases com conotação sexual como forma de investida, convites constantes para sair e/ou assuntos impróprios de cunho sexual; ou podem ser realizadas de forma rápida, como o contato físico indesejado, ou ainda violação e consumação do abuso sexual.

Das situações explicitadas no questionário de pesquisa aplicados, que puderam embasar as vítimas sobre o que pode ser considerado como assédio, deve-se destacar: conversas ou piadas com características sexuais e obscenas; compartilhar e/ou mostrar desenhos e imagens de caráter sexual; enviar cartas, e-mails, mensagens ou fazer ligações com conteúdos de natureza sexual e/ou obscenas; avaliar uma pessoa por seus atributos físicos; fazer comentários sobre a forma de alguém se vestir; assobiar e/ou fazer sons/gestos inapropriados e de natureza sexual; fazer ameaças diretas ou indiretas com o objetivo de obter favor sexual; abraçar, tocar, beijar ou encostar em uma pessoa sem permissão; seguir ou tentar controlar alguém; molestar com palavras ou gestos; ataque sexual. De acordo com as respostas obtidas, dentre os tipos mais comuns de assédio sexual sofrido dentro das universidades, a violência verbal merece destaque, com 74,9%, seguido do assédio sexual, que aparece com 50,9%.

O assédio sexual nas universidades é uma das formas de submeter a mulher ao domínio acadêmico territorialista masculino, além disso, é uma prática muito antiga dentro dos ciclos sociais e, tendo a universidade como uma amostra da sociedade, a



cultura do assédio e do estupro também encontra-se presente dentro dela, sendo uma das principais ferramentas responsáveis por causar na mulher a sensação de insegurança e de não pertencimento. A pesquisa realizada durante a elaboração deste trabalho mostra que 43,7% das(os) entrevistadas(dos) não se sentem seguras dentro da universidade.

Essa sensação constante de insegurança é demonstrada, também, por dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular sobre assédio sexual nas universidades do país. 1.823 estudantes foram submetidos aos questionamentos da pesquisa, sendo 60% dos entrevistados do sexo feminino e 40% do sexo masculino. Do total de mulheres entrevistadas, 67% afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência e/ou assédio sexual dentro da universidade, além disso, 38% dos homens que participaram assumiram, após verem a lista do que vem a ser considerado assédio sexual, que já praticaram algum tipo de violência sexual contra suas colegas.

Se tratando da atual pesquisa, também realizada com estudantes universitários de todo o Brasil, sendo 921 mulheres e 394 homens, das 1315 pessoas que responderam, 38,6% afirmaram que já sofreram algum tipo de assédio sexual dentro da universidade. Do total de mulheres, 53,20% alegaram terem sido vítimas de algum tipo de violência sexual como violência verbal, violência física, assédio sexual, tentativa de estupro e, em alguns casos, a consumação do estupro; enquanto os homens somam um total de 4,31%. Quando questionados sobre a ocasião em que ocorreu a violência, apesar da diversidade de respostas e relatos, a grande maioria relatou que ocorreu no período normal de aulas, durante festas de *calouradas*, em ônibus de transporte escolar e durante orientações de grupos de pesquisa.

Após um episódio de assédio e/ou abuso sexual, muitos indivíduos sofrem severas consequências, principalmente se for um ato consumado e/ou repetitivo, levando a interferências na vida pessoal, acadêmica e profissional, com a capacidade de comprometer sua dignidade, identidade, relações sociais e afetivas que podem ocasionar danos à saúde física e mental. Durante a elaboração desta pesquisa, indagou-se quais foram as consequências sofridas pelas vítimas após a violência, entre elas as mais citadas foram: medo constante de transitar em locais mais ermos nas universidades, inclusive nos banheiros; insegurança em relação a pessoas do sexo masculino; ansiedade; depressão; sensação de insegurança; medo de reprovar em disciplina com determinado docente; sensação de culpa constante; síndrome do pânico; isolamento social; distúrbio do sono (insônia, pesadelos e crises de choro); vergonha; receio de usar certos tipos de roupa;



medo de algum tipo de punição por não aceitar investidas do professor; tentativa de suicídio; automutilação; estresse pós traumático; falta de vontade e motivação para frequentar as aulas; faltas constantes; desistência de cadeiras e até mesmo do curso.

Embasada pelo contexto e pelas respostas obtidas pelo questionário, a reflexão acerca dos assédios sexuais sofridos por mulheres dentro das universidades do país se torna imprescindível, pois, como visto anteriormente, a instituição é um espaço territorializado por homens, que utilizam o assédio como forma de coerção e subordinação e são responsáveis por causar nas mulheres traumas que, direta e/ou indiretamente, são fatores que influenciam os meios de sua expulsão da academia.

“Sofri assédio desde que entrei na universidade, a princípio, os assédios vieram por parte de alunos, colegas de turma e de outras turmas e acontecia com mais frequência durante festas e no final das aulas. Tempos depois, passei a sofrer assédio por um professor do laboratório do grupo de pesquisa. O professor me perseguia e me cobrava “favores”, depois passou a tocar no meu corpo, me deixando com medo e desconfortável, o assédio durou tanto tempo que agravou a minha ansiedade e eu passei a não conseguir mais frequentar aquele ambiente e acabei abandonando o curso para fugir daquelas situações” (relato de uma aluna)

Já é sabido que as mulheres têm o maior número de inscrições em universidades públicas e privadas do país como alunas, porém, o fenômeno da expulsão feminina da academia somado a todos os fatores que causam na mulher a sensação de não pertencimento além do fator determinante, a territorialização masculina, levam aos dados que mostram o perfil masculino ocupando a maior parte dos cargos de docente nas universidades. Segundo o Censo da Educação Superior (CES) 54,72% dos professores universitários do país são homens, já as mulheres ocupam 45,28% dos cargos de docentes. Outro dado disponibilizado pela mesma pesquisa chama a atenção, o estudo feito informou que tal cenário segue uma tendência, tendo aumentado a participação feminina como professora universitária em apenas 1% nos últimos 10 anos. Para Renato Pedrosa, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES) e docente do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociência da Unicamp, autor desta pesquisa sobre o perfil do professor universitário brasileiro, este aumento de 1% da participação feminina dentro da docência se deu pela expansão de vagas para alunos dentro das universidades públicas do país. A análise destes dados apontam que a mulher continua sendo minoria nesse setor, encontrando-se em situação desprivilegiada em relação ao homem e que, apesar de conseguir ingressar no ensino



superior ocupando 57% das vagas, o ambiente universitário hostil e inseguro para elas, muitas vezes as afasta destes locais.

Aumentando o nível hierárquico e analisando os cargos de chefia dentro das universidades, a disparidade de ocupação de vagas entre homens e mulheres é exorbitante. No Brasil existem 69 universidades federais espalhadas por todo o território, cada uma dessas unidades educacionais conta com uma equipe gestora, tendo o cargo de reitor e de vice-reitor como os mais elevados dentro da hierarquia nas instituições. Após a apuração dos dados foi possível observar que dos 69 cargos para reitor(a) 54 são ocupados por homens, e apenas 15 mulheres conseguiram chegar ao cargo de chefia. Analisando o cargo de vice-reitor(a), 25 mulheres ocupam o cargo, número um pouco maior que o de reitoras, porém, ainda, bem menor que o número de homens, que somam um total de 44 vice-reitores.

Já na educação básica no Brasil, existem aproximadamente 2,2 milhões de professores do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio, dentre eles, 1,8 milhões são mulheres. Se tratando de educação infantil, dos 320.321 professores, 304.128 são mulheres e apenas 16.193 homens, quando chegamos nos dados estatísticos das creches, a disparidade é ainda maior, são 266.997 mulheres contra 6.642 homens. Os dados são do Sinope Estatística da Educação Básica com base no Censo Escolar de 2017.

Os dados estatísticos tão desiguais entre mulheres que lecionam na educação básica e nas universidades comprovam que a sociedade ainda segue o padrão arcaico de associar a mulher aos cuidados das crianças, muitas vezes, até, descaracterizando-as do meio profissional, relacionando o trabalho a um dom natural.

Diante do exposto, fica clara a dominação cultural masculina dentro da academia, como dito por Joseli Silva et al., “[...] nós mulheres somos engolidas pelo patriarcado diariamente que, inclusive, rege o espaço acadêmico” (SILVA et al., 2015, p. 28). Apesar de todas as conquistas femininas ao longo dos séculos, graças aos movimentos feministas e movimentos sociais de emancipação feminina ligados à sociedade civil organizada, ainda existem muitos caminhos a serem percorridos e muitas barreiras a serem quebradas.

### **Organizações de mulheres na academia**

Apesar do cenário universitário atual ainda ser de desigualdade, misoginia, machismo e sexismo, ainda há e, cada vez mais, esperança. O número de mulheres que entram na universidade com disposição para questionar as normas do padrão social



machista imposto pela sociedade e produzir saberes que tendem a romper o silêncio diante de situações de assédio vem aumentando. O feminismo, através de suas diferentes vertentes, principalmente aquele que adentrou as universidades num tempo mais recente, introduzido pelas estudantes mais jovens, tem proporcionado às ciências e ao espaço acadêmico e geográfico, uma perspectiva renovada, com pautas anticapitalistas, antirracistas e feministas. Levando em consideração que, o feminismo, segundo Hooks, "é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão" (HOOKS, 2019, p. 17).

A universidade é um espaço dinâmico, que tem a função não só de formação acadêmica, mas também de contribuir para o desenvolvimento crítico e político dos indivíduos, desta forma, ela se torna um agente mediador de transformação, que, se utilizado da forma correta, as práticas institucionais podem tornar a sociedade mais justa, contribuindo para a construção de lugares de acolhimento, como por exemplo, os núcleos de estudo, que desenvolvem pesquisas relacionadas a temáticas femininas. Yúdice (2004) reforça que o indivíduo se transforma por meio das relações sociais, pois, os costumes, culturas e ideologias por ele vivenciadas são formadores de identidade.

Londa Schienbinger (2001), ressalta que, em um primeiro momento, o feminismo universitário se empenhou no resgate de escritos científicos de mulheres desde a Grécia até os dias atuais. Resgatar realizações de grandes mulheres foi de suma importância, pois, contrapôs o preconceito que separava a mulher da ciência. A noção de que a mulher não sabe fazer ciência teve embasamento em teorias biomédicas pautadas em diferenças de anatomia corporal ou fisiológicas, que, acabavam limitando o poder intelectual da mulher (BIRKE, 1992; NOORDENBOS, 2002; LÖWY, 2000).

Num cenário mais recente, o número de mulheres exercendo atividades científicas vem aumentando desde o ano de 1997. Prova disso foi uma pesquisa realizada por Leta (2003) que afirma que entre líderes de Grupos de Pesquisa e pesquisadores que se encontram cadastrados no Lattes no ano de 2002, 40,7% eram mulheres. Já no CNPq a estatística é ainda maior, tendo uma participação feminina de 45,7%.

Os núcleos de estudo sobre temáticas feministas e/ou relações de gênero vinculadas a instituições universitárias no Brasil são inúmeras e vão crescendo cada vez mais, dia após dia, desde meados dos anos 60, quando o interesse por estudos e pesquisas sobre mulheres e relações de gênero aumentou. Costa afirma que os grupos feministas e as publicações sobre desigualdade de gênero aconteceram ainda na época da ditadura



militar no Brasil (COSTA, 2020). No ano de 1980 começaram a surgir os primeiros núcleos de estudos sobre o tema em diversas associações científicas das ciências humanas e sociais. O Núcleo de Estudo Sobre a Mulher (NEM) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) tido como o pioneiro, passou a ofertar disciplinas que tinham dentro do seu programa revisões críticas sobre teses científicas que afirmavam a inferioridade da mulher em relação ao homem por incapacidade biológica e/ou intelectuais.

Por outro lado, os estudos relacionados a gênero muitas vezes são associados a questões especificamente da mulher, porém, é de grande importância compreender que os estudos de gênero estão muito mais ligados às relações que são reproduzidas entre os sexos que reproduzem discriminações e remetem às relações de subordinação entre o masculino e o feminino, levando, desta forma, a relações de poder.

Incluir a perspectiva de gênero nos estudos da educação superior tem o intuito de promover uma mudança que poderia se chamar de mudança ética institucional, pois daria visibilidade a assuntos pouco debatidos dentro da universidade. Ballarín (2005) aponta que os núcleos de estudo sobre gênero têm o poder de desconstruir o conhecimento acadêmico tradicional e positivista, e aplica o gênero numa perspectiva que engloba todos os objetos do conhecimento (BALLARÍN, 2005).

### **De redes de proteção a caminhos para a emancipação**

Os grupos de pesquisa e de apoio feministas são grandes fatores importantes para a emancipação e crescimento da participação feminina dentro dos espaços sociais, incluindo aqueles predominantemente territorializados por homens, como é o caso das universidades. Prova disso é a atual gestão da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que tem a equipe da reitoria e da vice-reitoria composta por duas mulheres. Por conta disso, os outros cargos que auxiliam a gestão também são predominantemente ocupados por mulheres, sendo os 5 cargos de gabinete da reitoria, e 6 dos 8 cargos de secretaria de gestão. A UNIFESP é uma grande exceção à regra geral, pois nenhuma das outras universidades federais, atualmente, conta com os cargos de reitor e vice-reitor sendo exercidos por mulheres simultaneamente. O caso da UNIFESP pode ser um bom parâmetro para observarmos que mulheres no poder tendem a acolher outras mulheres, dando-lhes a oportunidade de chegar, de maneira mais fácil, em cargos de liderança.



Na Universidade de São Paulo (USP), após reconhecerem que a violência universitária é estrutural, discentes e docentes formaram a Rede Não Cala! como forma de resistência, com o objetivo de ouvir e ajudar estudantes vítimas de violência.

Além disso, os grupos de estudo acadêmicos também merecem enfoque, pois são responsáveis por disponibilizar uma diversificada bibliografia com uma literatura produzida por autoras que se identificam com o movimento feminista e contribuem para que esse material seja divulgado em revistas, cadernos especiais e coleções que giram em torno de temas relacionados aos interesses da mulher. Outro papel importante dos núcleos é o incentivo a introdução de novos temas nas grades curriculares dos cursos, tanto em disciplinas optativas, quanto em obrigatórias.

Nos últimos trinta anos, a atuação que foi desenvolvida por esses órgãos dentro das academias foi capaz de impulsionar de forma decisiva a ampliação de temáticas relacionadas ao estudo da mulher e de suas condições. Houve um aumento considerável no número de teses e dissertações que legitimaram o campo de estudo de relações de gênero, atribuindo-lhe relevância acadêmica dentro de instituições públicas de apoio à pesquisa.

O sistema reprodutor de práticas sociais e culturais que ocorrem dentro das universidades, segue um padrão, o mesmo imposto pela sociedade e propagado pelo sistema cultural, ou seja, em um sistema que reproduz dominação territorial, o indivíduo só se desenvolve com um conjunto de vivências individuais e coletivas. Desta forma, nasce o pensamento crítico sobre o comportamento reproduzido por si e pelo outro, possibilitando o questionamento sobre as instituições que se encontram inseridos, dentre elas a universidade. Santos (2010) analisa a universidade como um campo de criação de paradigmas e subjetividades, onde o pensamento crítico acontece. Discorrendo sobre a ótica de dominação, apontando que os problemas que ocorrem nas universidades reproduzem um sistema econômico e social injusto, Freire (1989) afirma que os contextos educacionais possibilitam ao sujeito discutir a sua problemática existencial. Para o mesmo autor, a função da educação é prevenir os indivíduos dos perigos dos seus tempos, para que, desta forma, eles adquiram coragem e força para lutar e para não se submeterem aos moldes socialmente impostos, colocando-os em diálogos constantes uns com os outros e com a realidade. Esta prática de colocar em pauta o diálogo permite ao aluno a possibilidade de chegar a uma verdadeira autonomia, pois, a visão crítica de conhecimentos promove uma relação de respeito para com o estudante e suas identidades



culturais. Por fim, Paulo Freire (1973) afirma que a educação precisa se libertar dos moldes de dominação, para que assim, consiga libertar os povos latino-americanos, que gozam de uma realidade de exploração e opressão.

Com base no contexto mencionado, é notória a necessidade de um processo de desconstrução dos padrões sociais de dominação de gênero para que a mulher consiga, de fato, chegar a um patamar de autonomia e consiga ocupar e permanecer na universidade. Os coletivos feministas ocupam um papel importante neste processo, pois têm o poder de fazer com que a academia repense e, em alguns casos, reveja as suas práticas exclusivas que tendem a não entrar em pauta institucional de discussão, como é o caso do assédio, que, por estar dentro da estrutura institucional machista, acaba criando ferramentas para que o desenvolvimento de sua prática dentro da universidade ocorra e, por não haver leis e legislações institucionais com o intuito de punir agressores, entram no conceito de cultura da impunidade institucionalizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres representam corpos estranhos em diversos espaços públicos e privados, concretamente ou simbolicamente. A universidade, definitivamente, é um deles. Um espaço construído por e para homens brancos, não pode ser aberto a todos e todas que maculam suas origens. Nesse sentido, a academia representa um espaço conflituoso, um verdadeiro território em disputa. Diversos são os elementos presentes em sua estrutura que expulsam as mulheres que pertencem à essa comunidade. Falta de paridade em cargos de poder, definição de papéis e oportunidades altamente enviesados e, até mesmo, um estado constante de insegurança em relação aos seus corpos são exemplos dessas estratégias que tornam a mulher “seres estrangeiros” nas universidades brasileiras.

As mulheres foram obrigadas pela teia institucional a se organizarem e criarem redes de proteção para não serem “expulsas” da universidade. Tais redes extrapolaram seus objetivos originais à medida que representam espaços de formação e construção de caminhos para a emancipação feminina. Falar e escrever sobre assédio sexual dentro de instituições hegemonicamente masculinas é um ato de resistência e coragem, além de ser extremamente necessário para dar voz, encorajar e acolher mulheres vítimas de violência; para mostrar a necessidade de ascender debates sobre a temática e, principalmente, para



ressignificar e desterritorializar espaços públicos de transformação social como as universidades.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. **Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações**. Conjectura, Caxias do Sul, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010.
- BELTRÃO, K., ALVES, J.E.D. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, FCC, São Paulo, V. 39, n. 136, jan/abr 2009, p. 125-156.
- BÍBLIA, Gênesis. In: **Bíblia Sagrada Ave Maria**. Português. Editora Ave Maria, 9ª ed., 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso realizado em: dezembro de 2020.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA Os Núcleos De Estudos Sobre a Mulher Nas Universidades Brasileiras**. Estudos Feministas, 1994, pp. 387–400.
- COSTA, Carmem Lúcia da. **Mulheres e suas Geografias em Universidades Brasileiras**. In: Revista Geografia em Atos (GeoAtos online), v. 03, n. 18, p. 210-226, maio-ago, 2020.
- CRESPO, C. **Rituais familiares e o casal: Paisagens inter-sistêmicas**. Tese de doutoramento: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal, 2007.
- DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed., 2014.
- GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino**. In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol. 15, junho de 2008.
- INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. UFSCar: Pesquisa Instituto Avon/Data Popular, 2015.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. **JARDIM DO EDEN REVISITADO**. Brasília: SÉRIE ANTROPOLOGIA, 1993.
- PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil**



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

**contemporâneo.** São Paulo: Best Seller, 1991. 295 p.

RUFINO, Regina Célia Pezzuto. **Assédio moral em face da discriminação da mulher trabalhadora.** In: SANTOS, Sidney Francisco dos; LACERDA, Carmem Miranda de. (Coords). Debate Interdisciplinar sobre os Direitos Humanos das Mulheres. Florianópolis: Insular, 2010, p. 130-133.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** UFRGS: Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995.